

**Software livre e a democratização do acesso a Tecnologias da Informação:  
Ações do governo e seu impacto social**

*Camila de Matos Passos<sup>1</sup>*

**Resumo**

O processo de democratização do acesso às tecnologias da informação (TI) é uma etapa crucial na trajetória de qualquer nação em desenvolvimento. Entre as estratégias inclusivas adotadas no Brasil, estão projetos e ações que facilitam o acesso de pessoas de baixa renda às TIs.

Dentro dessa perspectiva, o Ministério das Comunicações colocou em prática, em 2005, o projeto de inclusão digital do governo federal, que registrou mais de 19 mil máquinas financiadas em apenas 3 meses de atividade. Os computadores vendidos dispunham do sistema operacional Linux e um conjunto de softwares livres com 26 aplicativos. Outra ação foi a implantação de telecentros comunitários, de grande sucesso num período inicial, mas que encontra-se praticamente estagnado nos dias de hoje. No primeiro ano foram criados 6.000 telecentros no país, mas hoje, seis anos mais tarde, o total de telecentros é de pouco mais que 8.000, sendo que a maior parte destes está concentrada em Minas Gerais.

Este artigo apresenta uma revisão das ações do governo e dados estatísticos. Analisa-se primeiramente a extensão da inclusão digital que, de fato, resulta de tais iniciativas seus impactos na sociedade. Por fim, analisa-se a importância dos softwares livres nesse processo.

**Palavras-chave:** inclusão digital, software livre, telecentros comunitários.

**1. Introdução**

Inclusão digital significa, antes de tudo, melhorar as condições de vida de uma determinada região ou comunidade com ajuda de tecnologias, sobretudo as TIs. Inclusão digital não significa apenas trazer tecnologias da informação e comunicação sem se investir no lado social. É preciso que o governo saiba balancear vários fatores e atuar sensivelmente. Em longo prazo, deve-se pensar em inserir um elemento essencial no processo de educação, que é a inclusão digital. Em curto prazo, pensa-se em cursos de formação, financiamento de computadores e popularização do acesso à rede. Para tornar esse processo viável, os softwares livres surgem como aliados indispensáveis.

**2. Dos fatos**

**2.1. Crescimento social e digital em paralelo**

---

<sup>1</sup> Aluna de graduação em Engenharia Química, UFMG.

Ainda existe hoje quem defenda que a inclusão digital não deva acontecer antes de se resolverem os problemas sociais de um país subdesenvolvido. No entanto, posto que informação hoje em dia signifique desenvolvimento, as duas ações não podem mais ser tratadas separadamente. A exclusão sócio-econômica desencadeia a exclusão digital ao mesmo tempo em que a exclusão digital aprofunda a exclusão sócio-econômica.

Na década de 90, acadêmicos e especialistas em TI deram início a uma série de debates sobre um quadro preocupante: os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, sobretudo os mais pobres, estão perdendo o bonde da informação. “Sem os meios necessários (computadores e laboratórios) e recursos apropriados (internet rápida, telecomunicações), esses países deixam para trás um amplo leque de opções para aquecer a economia e melhorar os baixos índices sociais” (REBELO, 2005, p. 2).

É fato que, no Brasil, mais de 15% da população é analfabeta e que 56% dos domicílios fixos recebem até um salário mínimo, mas, por outro lado, quase 99% dos domicílios dispõem de energia elétrica (IBGE, 2010). A evolução tecnológica não poderia esperar a revolução social.

As TIs possibilitam uma melhoria de qualidade de produtos e serviços em diversos aspectos dos negócios; elas influenciam o planejamento de organizações e propiciam um ambiente competitivo para diversas instituições, favorecendo o consumidor final que tem mais opções e cada vez mais autonomia. Baseada no uso de novos canais de venda e distribuição, promove também a criação de novos produtos. É inegável que as TIs nos trazem uma amplitude de benefícios (FILHO, 2003).

Manuel Castells, estudioso de ciências sociais a partir de novas tecnologias, afirma que a sociedade vive hoje uma revolução informacional que será um grande marco na história. Em sua trilogia “A Era da Informação”, o autor mescla economia, cultura e informação a partir de uma inclusão digital de verdade. Mark Warschauer, professor da Universidade da Califórnia, diz que em países como o Brasil, a inclusão digital precisa ser acentuada com mais prática e menos teoria. Simpatizante de tal pensamento é William Mitchell, autor do livro “E-Topia”, que também se dedica a estudar o impacto social via inclusão digital. Ele enfatiza que “comunidades de baixa renda tendem a atrair menos investimentos em infra-estruturas de telecomunicações e tecnologias, gerando menos motivação de empresas e governos. Em lugares assim, há um risco óbvio de diminuir ainda mais as ofertas de bons empregos e serviços para todos daquela comunidade” (REBELO, 2005). Esse cenário é bastante comum no Brasil e o que se reitera aqui é que desenvolvimento social e democratização da informação andam lado a lado.

## **2.2. Teoria e prática: iniciativas governamentais**

Incluir digitalmente não é apenas ensinar informática e fornecer aparatos tecnológicos, mas também melhorar os quadros sociais a partir do manuseio de computadores. Segundo FILHO (2003), três pilares formam um tripé fundamental para que a inclusão digital aconteça: TIs, renda e educação. Sem qualquer um desses pilares, não importa qual combinação seja feita, qualquer ação está fadada ao insucesso.

Os dois primeiros fatores ficam mais claros quando os relacionamos entre si: é preciso permitir financeiramente que a população possa adquirir equipamentos e, além disso, deve-se disponibilizar o acesso à internet. Não basta fornecer verba e computadores se a conexão à rede é limitada. Já o terceiro fator é ainda mais abrangente, pois diz que a inclusão digital deve fazer parte do processo de ensino de forma a promover a educação continuada. Em 2003, FILHO já afirmava que, embora a ação governamental fosse de suma importância nesse processo, deveria-se contar com a participação de toda sociedade, estimulando parcerias entre todas as esferas do governo, empresas privadas, organizações não governamentais, escolas e universidades. No entanto, como medida de curto prazo, seria preciso oferecer cursos de formação aos usuários, ensinando-os a operar o sistema em benefício próprio e coletivo.

Dentro dessa perspectiva, o Ministério das Comunicações, criou em 2003 o projeto de inclusão digital do governo federal, Computador para Todos – Projeto Cidadão Conectado. Seu objetivo principal é possibilitar que a população que não tem acesso ao computador possa adquirir um equipamento de qualidade, com sistema operacional Linux e até 26 aplicativos em software livre, que atendam ao máximo às demandas de usuários, além de permitir acesso à Internet. Suporte técnico por um ano é também uma garantia do programa. O Computador para Todos deverá ser comercializado pelo preço máximo, ao consumidor, de R\$1.400,00 e o financiamento é feito junto à Caixa Econômica Federal, BNDES e Banco do Brasil (Governo Federal, 2005). O programa foi colocado em prática em 2005 e registrou mais de 19 mil máquinas financiadas em apenas 3 meses de atividade. No entanto, este número representa apenas 2% da meta estipulada para o programa.

Outra ação do governo foi a implantação de telecentros comunitários em 2005. De grande sucesso num período inicial, eles encontram-se praticamente estagnados nos dias de hoje. No primeiro ano foram criados 6.000 telecentros em 67% dos municípios do país (3.754), mas hoje o total de telecentros é de pouco mais que 8.000, sendo que a maior parte destes está concentrada em Minas Gerais, como mostra a Figura 1 (Governo Federal, 2007).

## **2.3. O software livre nesse processo**

A princípio, talvez por serem gratuitos, os softwares livres foram os escolhidos para serem o elemento-chave no processo de democratização da informação. A resistência das grandes empresas vendedoras de softwares e de alguns usuários foi grande, mas persistiu-se estimulando o aprendizado dessa nova interface, promovendo cursos de formação nos Telecentros Comunitários e incentivando aqueles mais interessados a conhecer a filosofia do software livre, mostrando o universo que se abre diante de cada um que pode alterar o código-fonte de um programa e melhorá-lo.

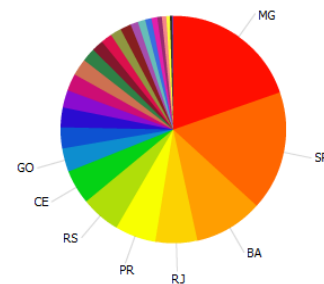


Figura 1: Distribuição de telecentros no Brasil por estado, em 2010. (Fonte: <http://visualizacoes.onid.org.br>)

Em 2008, durante a oficina “Software Livre e Telecentros: soluções e potencialidades”, algumas soluções livres para Telecentros Comunitários foram apresentadas. O grande diferencial nesse processo é o fato de que essas soluções podem ser implementadas imediatamente pelos próprios usuários, já que se tem essa liberdade com os softwares livres (Governo Federal, 2008).

### 3. Conclusão

Acredito que ainda seja prioridade se investir em mais telecentros comunitários, mas o próximo grande passo está em disponibilizar acesso à web através de hotspots localizados em praças públicas e pontos centrais como vem sendo feito nas metrópoles brasileiras. Essa tecnologia deve em breve ser adotada em cidades menores, ao passo que os telecentros alcançam vilarejos e comunidades ainda mais isoladas.

A perspectiva futura é de que à medida que os sistemas livres evoluam e aumentem suas funcionalidades, as iniciativas governamentais de inserção com políticas públicas possam atingir cada vez mais usuários, beneficiando o país e contribuindo para seu desenvolvimento.

### 4. Referências Bibliográficas

- FILHO, A. M. (Maio de 2003). Os três pilares da inclusão digital. *Espaço Acadêmico* .
- Governo Federal. (2005). *Computador para Todos*. Acesso em 20 de 05 de 2011, disponível em <http://www.computadorparatodos.gov.br/>
- Governo Federal. (2007). *Portal Inclusão Digital*. Acesso em 20 de 05 de 2011, disponível em <http://www.inclusaodigital.gov.br/>
- IBGE. (2010). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico*. Acesso em 01 de 06 de 2011, disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/>
- REBELO, P. (2005). Inclusão digital: o que é e a quem se destina? Disponível em: <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/REBELO%20Inclusao%20digital%20webinsider.pdf> .